

## A produção historiográfica e as histórias da Paraíba na produção do Instituto Histórico e Geográfico Paraibano

Margarida Maria Dias de Oliveira

Do Curso de História, levei comigo alguns silêncios que precisava entender. Aluna e monitora de História da Paraíba incomodava-me ter a sensação de não saber ou, o que era pior, não conseguir entender a História da Paraíba, a História do meu estado, a minha História.

Foi em busca do porquê dos silêncios da História da Paraíba que descobri a Historiografia Paraibana e tentando entender como foi escrita a História da Paraíba que encontrei o IHGP. Foi através das pesquisas e do estudo que compreendi que é impossível entender a Historiografia Paraibana sem conhecer, interpretar, o IHGP nos seus anos iniciais. Por exigências do trabalho acadêmico fiz o recorte temporal entre 1909 e 1928 e circunscrevi meu objeto de estudo aos seis primeiros números da Revista do IHGP, mais importante veículo de divulgação das idéias desta instituição e a mais importante Revista da área de História até a fundação da Universidade, na Paraíba.

Não é um tipo de pesquisa comum em nosso estado. É uma leitura do papel de uma instituição através das suas revistas. Falta na Paraíba a leitura de outras instituições e entidades e, mesmo do IHGP, em períodos mais recentes. A Fundação Casa de José Américo e o Departamento de História da UFPB nunca foram estudados, nem o Núcleo de Documentação e Informação Histórica Regional – NDIHR. Há uma leitura da atuação do IPHAEP e da Comissão do IV Centenário enquanto construtores de memórias. Deixo de lado, por questões de tempo, o Círculo Operário, os Sindicatos<sup>1</sup> ligados à educação, Organizações não governamentais, entre outros<sup>2</sup>.

Pois bem, feita a pesquisa e escrito o trabalho, defendi-o como Dissertação de Mestrado no antigo Mestrado de Ciências Sociais – hoje Programa da Pós-graduação em Sociologia do CCHLA/UFPB. Publiquei, com recursos próprios em 1996. O Professor Dr. Carlos Guilherme Mota fazendo a apresentação afirmou:

*Nas comemorações do Bicentenário da Revolução Francesa, pude constatar a importância dos Centros de Estudos Históricos nas diversas províncias do interior francês. Os professores da Sorbone e de Paris a eles se dirigiam para discutirem juntos os caminhos da Nação, sua memória, seu futuro. Bela lição para nós que, da Universidade e com a Universidade, desejamos construir uma Nação democrática, informada de sua História e digna desse nome no próximo milênio que se avizinha<sup>3</sup>.*

Por essas palavras, ficava claro para o Professor Mota, como o foi o tempo todo para mim e para minha orientadora de Mestrado – Joana Neves - que as diferenças de interpretação e análise dos Centros Históricos (na França), Institutos Históricos (no Brasil), como das Universidades (nos dois países) eram e são exatamente isso: diferentes. São apenas duas das inúmeras possibilidades das quais a sociedade pode se apossar para organizar suas memórias.

Isso não quer dizer a total relatividade do conhecimento da História, quer dizer a variedade de interpretações e discursos sobre a História. Neste sentido, citemos o mestre:

*Nas últimas décadas, tornou-se moda, principalmente entre pessoas que se julgam de esquerda, negar que a realidade objetiva seja acessível, uma vez que o que chamamos de 'fatos' apenas existem como uma função de conceitos e problemas prévios formulados em termos dos mesmos. O passado que estudamos é só um constructo de nossas mentes. Esse constructo é, em princípio tão válido quanto outro, quer possa ser apoiado pela lógica e por evidências, quer não. Na medida em que constitui parte de um sistema de crenças emocionalmente fortes, não há, por assim dizer, nenhum modo de decidir, em princípio, se o relato bíblico da criação da terra é inferior ao proposto pelas ciências naturais: apenas são diferentes. Qualquer tendência a duvidar disso é 'positivismo', e nenhum termo desqualifica mais que este, exceto empirismo.*

*Em resumo, acredito que sem a distinção entre o que é e o que não é assim, não pode haver história. Roma derrotou e destruiu Cartago nas Guerras Púnicas, e não o contrário. **O modo como montamos e interpretamos nossa amostra escolhida de dados verificáveis (que pode incluir não só o que aconteceu mas o que as pessoas pensaram a respeito)** é outra questão<sup>4</sup>. (grifo nosso)*

O meu estudo propunha, portanto, ler as Revistas do IHGP e os clássicos da História da Paraíba, conhecê-los, mas sem desconhecer, no entanto, **que eles falam de um lugar**. Reconhecer que a História da Paraíba, descrita pelas Revistas, arraigada em nosso imaginário, simbolizada pelos monumentos e documentos, não é a História da Paraíba, trata-se de **uma** História da Paraíba. Tem sua historicidade, seu lugar social, é portadora de interesses, vinculações políticas, organizada por idéias estabelecidas sobre História, educação, política e papel do historiador.

Demonstrar isso pode não ser o papel de todo historiador, mas era o meu papel, que eu assumi, por convicção, por historicidade, lugar social, interesses, vinculações políticas, concepção de História, educação, política e papel do historiador. Desculpem-me a repetição, mas não é gratuita. Como, aliás, nada o é. Tem o objetivo de reafirmar essas condições que são as mesmas para qualquer ser humano, porém, sendo Historiador não é correto negá-las.

A importância da produção historiográfica do Instituto Histórico não foi um privilégio da Paraíba. Em 1838, no Rio de Janeiro, foi fundado o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Como objetivo principal, propunha-se a marcar a passagem de um “Brasil sem história” para um “Brasil com história”. Sistematizar a história do Brasil e, através dela, dar uma identidade à nação eram as tarefas dessa entidade<sup>5</sup>. Junto ao Colégio Pedro II, ao Arquivo Nacional e à Academia Nacional de Belas Artes, fazia parte de uma “economia do nacional” que determinava a “produção, circulação e consumo de bens simbólicos” com o objetivo de manter a ordem<sup>6</sup>.

Cada um atuou em uma área, da qual nenhum outro prescindia, sendo todos fundamentais para homogeneizar, o máximo possível, uma realidade histórica tão diversificada em todos os seus aspectos.

À Academia Nacional de Belas Artes coube a pintura e escultura da História do Brasil: não foi de outra forma que o paraibano Pedro Américo foi um dos mais ilustres pintores de “quadros históricos”. O Grito do Ipiranga tornou-se um símbolo, tido quase como uma “fotografia” do momento da nossa Independência. Tanto que sempre que alguém afirma: “não foi assim que se proclamou a independência”, é a partir da imagem do quadro, hoje em nossa memória coletiva, que nos reportamos<sup>7</sup>.

Ao Arquivo Nacional coube a guarda dos documentos escritos, enquanto o IHGB se especializava na catalogação de fontes de outros tipos e escrita da História. A importante tarefa de transformar esse conhecimento em algo transmissível aos jovens, através de Currículos e Programas de História, coube ao Colégio Pedro II.<sup>8</sup>

Ou seja, o Estado Brasileiro em formação não se preocupava só com as negociações políticas para atender a interesses econômicos e sociais. Transformar a ex-colônia portuguesa em nação exigia muito mais que coerção. Exigia, inclusive, a educação de uma elite que deveria assumir os postos de comando, amalgamando classes, interesses e culturas diversas, o que será chamado de **povo brasileiro**, identificado como tal e, ainda, identificando-nos.

Uma das políticas mais importantes empreendidas pelo IHGB foi o incentivo para a constituição de Institutos Históricos locais. A idéia, defendida pelo IHGB é que os Institutos Históricos localizados fariam a História da Província onde estivesse situado e a remeteria para o Brasileiro. Assim, com a soma das partes, seria feita a história nacional.

Essa política não foi atendida instantaneamente. Mas, com o decorrer dos anos e, sobretudo, após a República, os vários Institutos Históricos foram criados, dentre eles, em 1905, o Instituto Histórico e Geográfico Paraibano<sup>9</sup>.

A primeira Revista do Instituto Histórico e Geográfico Paraibano foi publicada em 1909, cinco anos, portanto, após a fundação da entidade. Ler uma Revista não é só interpretar seus textos, mas analisar sua configuração, a disposição dos artigos, das sessões. Neste sentido, a Revista n.º 1 é cristalina. Na Apresentação, estão todos os motivos: o porquê da fundação do IHGP: “despertado pela recordação dos feitos beneméritos antepassados”; o apoio do Estado: “inestimável e franco apoio, imediatamente manifestado, do Ex.mo Sr. Dr. Álvaro Lopes Machado, então Presidente do Estado e hoje seu representante no Senado da República”; as funções do IHGP: “tornaram desde logo uma realidade a existência, entre nós, de uma associação que se destina a eternizar os fatos

memoráveis da nossa Pátria, e especialmente desta circunscrição”, “o encargo de obter dados para nossa história”; quem deve participar: “os que por espontâneas tendências apreciam essa especialidade científica, e almejam um campo para exercitar as suas aptidões”; concluindo: “Impulsionar esse amor à contemplação do quadro muitas vezes majestoso e sempre instrutivo e venerável do passado é o dever primordial dos que se empenham pela perfeita elaboração da história de um povo”.

Está tudo lá, nas Revistas. Eu não criei. Eu li, interpretei, analisei, dei uma lógica a um discurso, aparentemente desprovido de conexão com o presente então vivido por eles, pelos fundadores do IHGP.

### **Origens e constituição de uma nova sociedade: a paraibanidade<sup>10</sup>**

A base da historiografia sistematizada pelo Instituto Histórico e Geográfico Paraibano teve como idéia central a existência de um tipo específico de ser humano que se define por ser paraibano, algo que chamamos em nossa Dissertação e também neste texto de **paraibanidade**. Termo esparsamente utilizado pelos fundadores do IHGP, mas que é o grande definidor de todo o pensamento criado pelo Instituto Histórico.

Essa paraibanidade pode ser definida como a identidade paraibana, criada pelo IHGP para conceituar uma personalidade específica, circunscrita pelo espaço tido como paraibano e formado por algumas características e valores fundamentais que trabalharemos a seguir, proporcionados pelo processo histórico particular que foi tarefa do Instituto Histórico traçar.

O que se analisará agora são as características que formam a paraibanidade a partir dos matizes da História da Paraíba, que o IHGP contou.

A primeira característica marcante da história e do homem paraibano, que marca sua singularidade, é o início da sua própria história. Esse início foi marcado pela fundação da cidade de Nossa Senhora das Neves. Sem negar que houvesse uma história anterior, mas estudando-a pelo seu espaço na “linha de evolução etnológica do paraibano” o que se criou junto com a cidade foi também uma “nova civilização”.

Essa “nova civilização” se diferenciou de toda a sociedade brasileira porque nasceu da paz. Não foram as lutas, e não foi o trucidamento da cultura indígena que proporcionaram esse novo espaço. Foram expedições portuguesas que tiveram muito trabalho em ocupá-lo, mas elas são descritas como os vários capítulos de uma epopéia, onde o final feliz foi o “convencimento”, traduzido no acordo com a parte “boa” dos indígenas, de que esse seria o melhor caminho para o que viria a ser a Paraíba

*A civilização desta terra não devia ser comprada a custo de sangue! Ela não tinha que se inundar ao berço com o purpurear rubro do generoso sangue de heróis anônimos. Todo aquele que vimos derramar-se foi inútil para a obra da cultura intelectual, moral e material desta terra. Talvez assim já o tivesse compreendido o nobre espírito de João Tavares e já ele tivesse um pensamento de paz e aliança com os selvagens quando lançou os fundamentos do núcleo colonial da Camboa.*

*Como quer que fosse era para ele que estava reservada a glória inclipsável de lançar os alicerces desta construção que a nós e a nossos descendentes cabe completar a Paraíba grande, forte, imorredoura!*

*O historiador Varnhagen atribui a aliança de Piragibe com colonizadores representados em João Tavares ao sentimento de vingança que no índio deviam despertar as ofensas dos antigos aliados que atribuíram a derrota do Tibiri a covardia do chefe.*

*Por mais que acatemos as opiniões abalizadas do inclito escritor, não podemos deixar de contrariar este modo de pensar. Entendemos que esta aliança foi, como a que se deu em Pernambuco, uma consequência da inclinação natural dos tabajaras. Se ela não realizou desde logo é porque faltaram, do lado dos portugueses um capitão com a necessária pendência e tato para conseguir o acordo, do lado dos selvagens um chefe com o necessário prestígio para realizá-lo em nome de todos. O tratado de aliança e de amizade surgiu naturalmente na hora de rara felicidade histórica em que se acharam frente a frente João Tavares e Piragibe”.<sup>11</sup>*

Mais que um momento de paz, destoante do que acontecia em toda a sociedade brasileira que se formava, esse momento só foi possível graças às pessoas de João Tavares e Piragibe. A

diplomacia de um e a inclinação à paz do outro possibilitou o acordo que em 05 de agosto de 1585, fez surgir uma nova cidade na então colônia portuguesa.

Tavares Cavalcanti, na citação anterior, condensa algumas idéias caras ao IHGP. Primeiro, a colonização portuguesa é que trouxe a civilização<sup>12</sup>. Segundo, João Tavares, quase como predestinado, fez do ato de ocupação do que viria a ser a Paraíba, um momento singular, nascido da paz. E, por fim, a idéia de uma “Paraíba grande, forte e imorredoura”. A tradição criada do passado de luta, de resistência, de inconformação com a ordem estabelecida inerente aos “paraibanos” e a aliança com os tabajaras não por uma cooptação/submissão dos indígenas, mas por uma inclinação natural desse povo por compreender que se tratava do melhor resultado para a sociedade que surgia.

Nos relatos da conquista produzidos pelo IHGP, o sentido da ocupação é o do povoamento, de geração de riquezas. Ora, mesmo com o claro sentido estratégico-militar da criação da Cidade de Nossa Senhora das Neves, daí sua fundação pela Metrópole, no “papel”, antes da efetiva ocupação, a singularidade da sua posição geográfica que garantia a segurança da capitania de Pernambuco, os historiadores do IHGP não a analisam dessa forma. Deixando de lado essa vinculação, desde o seu sentido inicial, com Pernambuco, comprometem-se as possíveis explicações posteriores sobre o isolamento da Cidade de Paraíba, os problemas do comércio entre o sertão e a cidade do Recife.

A tentativa de colocar a Paraíba em igualdade com Pernambuco começa nesses detalhes, que revelavam, sem dúvida uma condição real de subordinação econômica que se iniciou com a ocupação do espaço territorial, no qual a Paraíba perdeu muito em possibilidades de desenvolvimento do comércio, visto que, geograficamente, o sertão paraibano comunicava-se com mais facilidade com Pernambuco, sobretudo com sua capital, do que com a capital paraibana. Se adicionarmos a isso o momento de subordinação política institucionalizada, fica clara a necessidade de apartar na historiografia Paraíba/Pernambuco.

Portanto, a preocupação do Instituto Histórico em produzir uma história separada da de Pernambuco nasceu da necessidade de criar uma identidade paraibana. Como aos interesses político-econômicos das elites, a partir do final do século XIX, interessava a confecção de uma identidade nordestina aos interesses políticos históricos locais cabia a composição de uma identidade paraibana.

Castro Pinto defendia a 12 de outubro de 1905:

*Sob essa acepção, entende que só temos uma história colonial, a do Brasil, encarando-se o evoluir conjunto de todas as forças orgânicas do povo lizo americano a sucessão gradual dos fatos decisivos da nacionalidade, constituída pelo cruzamento das três raças elementares do povo brasileiro. Mas, a luz desse mesmo critério, pode-se escrever, a parte, a história colonial de uma região onde se tenham manifestado originalmente ou com intensidade notável os fatos precípuos dessa história. Compreende-se desse modo, a História colonial de Pernambuco, tendo em vista a Guerra Holandesa, e os eventos que mais concorreram para a Independência e para a República. A Paraíba na América Portuguesa, tendo sua crônica propriamente dita, para um volume, separadamente, na Crônica Geral da colônia, não tem a sua história, no sentido estrito do termo, fora da história de Pernambuco durante o longo período que decorre o povoamento a Independência<sup>13</sup> (grifo nosso)*

Mais uma vez, a necessidade da formulação de uma história da Paraíba apartada da de Pernambuco é apontada. Essa separação e a tentativa de igualar Paraíba e Pernambuco são constantes na produção historiográfica do IHGP.<sup>14</sup>

Nesse sentido e no da formação do homem específico segue-se um momento, que é semelhante à conquista, considerado muito importante, continuador dessa formação. Trata-se da resistência dos “paraibanos” às invasões holandesas. Esse é o segundo período considerado peculiar por essa linha de tempo traçada para a Paraíba pelo Instituto Histórico e Geográfico Paraibano. É nesse momento que se dá também o segundo componente da personalidade paraibana: a bravura.

Na sua conferência sobre a Paraíba nos tempos coloniais, Castro Pinto dizia que:

*A essa figura simpática de letrado operoso, a se incorporar nas sucessivas expedições, deve-se o resultado auspicioso de converter o estado de guerra exterminadora dos índios em um período franco de colonização progressiva, a ponto de ser a Paraíba, cinco lustres mais tarde, sob a iminência da*

*invasão holandesa, um grande viveiro de soldados, entre os quais se recrutou o primeiro esforço enviado em socorro da Bahia, sob o comando de Francisco Nunes Marinho<sup>15</sup> (grifo nosso).*

“Essa figura” a quem ele se refere é João Tavares, e a importância dada à Paraíba na resistência aos holandeses começa a ser explicada pelo recrutamento dos primeiros soldados para a Bahia. A ajuda concreta, colocando homens à disposição da resistência na Bahia, para o IHGP, conforme a fala de Castro Pinto, era prova do desenvolvimento, até bem pouco tempo, da cidade que só existia no papel, como também a importância da resistência que aqui se formou.

O período do domínio holandês, retratado pelo IHGP, serve também para acentuar a contraposição a Pernambuco, visto que é considerado como um momento de desenvolvimento econômico-social e cultural naquela Capitania, sobretudo em Olinda e Recife, onde até as obras de infra-estrutura na cidade servem para justificar como benesses do estado holandês. À Paraíba ficou a resistência.

O mais importante: trata-se, para a construção da paraibanidade, de um componente essencial que é o sentimento de nacionalidade já demonstrado na resistência e nas lutas para a expulsão dos holandeses.

*A vitória das armas batavas seria a maior das fatalidades para a nossa Pátria. Esta não é simplesmente a natureza esplêndida, com a riqueza de sua flora e a extensão do país que o Amazonas e o Prata constituem geograficamente. É o povo com as suas tradições, os seus costumes, a sua língua, a sua religião, as suas tendências; é o eu coletivo, com uma personalidade real e autônoma, que a fusão das nossas três raças básicas, através de certas modalidades características, define e acentua entre os mais povos do mundo<sup>16</sup>*

Segundo o IHGP, o que a invasão holandesa feriu foi o próprio sentimento de nação, já existente, e não apenas as riquezas materiais.

As referências sobre os anos entre 1634 e 1654 restringem-se, praticamente, ao litoral, produtor de açúcar e à cidade de Nossa Senhora das Neves. O início da interiorização, ainda no século XVII, e todo o século XVIII só foi tratado pelo IHGP muito genericamente. Quando há estudos mais específicos ficam por conta das fundações das cidades por todo o sertão que marca essa ocupação, mas de uma forma isolada.

Esses períodos, contados dessa forma pelo Instituto Histórico, colocam para a paraibanidade as características do caráter pacífico, mas associado à bravura, à intrepidez. Embora o republicanismo, originado no nascente nacionalismo decantado a partir das invasões holandesas, seja pinçado, só historiando a Revolução de 1817 tomará forma acabada.

### **O destino histórico da Paraíba: a República**

O processo histórico contínuo e constate pintado para a Paraíba pelo IHGP recebe seu toque final com um bloco que inclui a Revolução de 1817, os movimentos de 1824 e 1848 e a Proclamação da República. Não que sejam historiados em conjunto, mas fazem parte da inserção de nova e basilares características da paraibanidade.

E meio a esse caminhar para a República, havia os anos do Império. Como explicar a Paraíba provincial?

Os historiadores paraibanos entre a “inclinação para a República” e as tentativas de não enfrentar com críticas severas o Império formado a partir de 1822, compõem uma explicação que enaltece ainda mais o já tão específico “homem paraibano”:

*Nesta fase augusta da vida nacional, a posição da Paraíba foi de retraído silêncio.<sup>17</sup>*

A explicação do IHGP para que um povo que se pronunciou em momentos tão importantes e justamente nesse, tenha se mantido calado, foi por este ser “(...) um solo fadado para a república”.

Daf que para os intelectuais do IHGP:

*A Paraíba não teve, como a Bahia, o Rio e outras capitâneas do sul, a corroe-lhe o caráter cívico a corromper-lhe as virtudes democráticas, o aparato majestoso de reis ou de príncipes com seu fausto insolente e deprimentes cerimoniais de beija-mão*<sup>18</sup>

Mais uma vez, mantendo sua integridade moral, a Paraíba não comungou com os mandos e desmandos do Império. A independência e o tipo de Estado Nacional que essa representava “foi coisa do sul”, não teve a participação paraibana, tampouco a Paraíba usufruiu de suas benesses.<sup>19</sup>

Para garantir a unidade do estado nacional, o IHGP é capaz até de relativizar a validade de um movimento separatista como em 1824, sem negar, mesmo assim, o caráter “revolucionário” da Paraíba:

*Se sondarmos a psicologia da revolução de 24, encontraremos uma feição eminentemente simpática, que é a sobrevivência do espírito republicano nas plagas do Norte, não sufocado pelos arminhos do manto imperial. Outro caráter torna-a antipatriótica; é o pensamento da separação de uma parte do Brasil, quando todo o país, tendo atingido a independência, necessitava de unidade, sinergia e convergência de todos os esforços para que não se malograsse esse fato culminante, e a evolução social prosseguisse calma e ininterrupta para facilitar o advento da República. Não merece simpatias nenhuma bandeira que tenha por lema o fracionamento da nossa grande Pátria mas, nem por isso devemos deixar de fazer justiça a pureza de intenções dos intuitos patrióticos dos nossos antepassados de 1824, nem esquecer nomes que, pelo menos, são de uma geração de gigantes*<sup>20</sup>

No tocante ao desenvolvimento, o período imperial aparece para a Paraíba de uma forma bastante positiva:

*Do delineamento pálido, que precede, um resultado se deduz incontestável: é que, durante todo o regime monárquico o progresso paraibano jamais deixou de se fazer sentir. Lento, gradual, mas sempre constante. Seja ele na república o ideal constante, o objeto sempre procurado das preocupações de todos os paraibanos.*<sup>21</sup>

A distância imputada a Paraíba pelo IHGP em relação ao Império, parece ser a mesma que os historiadores querem ter em relação ao assunto. Assim sendo, fazem críticas suaves, não direcionadas a pessoa do Imperador ou ao tipo de Estado, mas a Monarquia, de forma quase abstrata.

Mas esse não é o principal período do século XIX analisado pelo IHGP. Ao contrário, diríamos mesmo que é um período quantitativamente pouco estudado. Do século XIX, os períodos que dominam e predominam nas Revistas e nos vários tipos de estudos que publica (análise, transcrição de fontes, biografias) são a Revolução de 1817 e a Proclamação da República, com tratamentos diferenciados.

A Revolução de 1817 é matéria constante nas Revistas do IHGP. Seja através de artigos historiando os acontecimentos desenrolados aqui na Paraíba, transcrição de documentos ou biografias dos seus personagens considerados mais ilustres. A peculiaridade do seu tratamento se dá exatamente por isso. 1817 é trabalhada na necessidade de demonstrar a separação de Pernambuco, que não havia sido uma revolução pernambucana, não se chegando a chamar paraibana, mas a idéia veiculada de uma importância primordial da Paraíba, questiona ao máximo a preponderância de Pernambuco.

O caráter republicano da revolução é tão explícito que para os historiadores do IHGP, o importante era contar em detalhes os fatos acontecidos no período revolucionário para demonstrar a importância da Paraíba nos acontecimentos, não carecia mais se apresentar o republicanismo de 1817.

A proclamação da República é retratada como a consumação desse caminho traçado pela Paraíba. O destino histórico havia se cumprido. A Paraíba havia contribuído fundamentalmente. A necessidade de defesa da República ainda em 1905, quando da fundação do IHGP é bastante clara, pra isso valem todos os recursos possíveis no sentido de reconstituir os heróis que vinham desde André Vidal de negreiros, passavam por Peregrino de Carvalho, Maciel Pinheiro, Aristides Lobo e

pelos fatos dos quais foram personagens, formando esse longo caminho histórico, para o qual, segundo o IHGP, a Paraíba caminhou sozinha.

Apesar da afirmativa do Barão de Abiahy, ainda em 1889, de que:

*Quando mesmo a República dominar em toda parte, a Paraíba estará firme ao lado do Trono*<sup>22</sup>

E dos relatos dos contemporâneos sobre os fatos ocorridos nos dias 15, 16 e 17 de novembro de 1889:

*Sai a fim de tomar melhores informações sobre tais novidades: era tudo tão calmo! A notícia confirmava-se, mas sem despertar entusiasmo, ou curiosidade mesmo sequer! Algum conhecido, que eu encontrava e comunicava o fato, respondia-me: - Homem, dizem isto!...<sup>23</sup> (grifo nosso)*

*O povo parecia entretanto receber a notícia, se não com indiferença, ao menos friamente*<sup>24</sup>

*(...) a ansiedade por notícias do Rio crescia, e, digamos a verdade, ninguém queria se comprometer, enquanto não estivesse estabelecido definitivamente o governo republicano no Palácio de São Cristóvão(...)*<sup>25</sup>

Em outro texto, o autor, se referindo à observação de Aristides Lobo sobre o povo no Rio de Janeiro, sem consciência do que estava assistindo, quando do desfile de Deodoro da Fonseca e seu exército, disse que só não se aplicava à Paraíba por não ter havido aqui nenhum desfile militar.

Apesar de todas essas evidências e de não ter havido nenhum Partido Republicano constituído na Paraíba, nem a existência de clubes republicanos, tampouco um jornal que reivindicasse para si o estatuto de órgão de defesa de idéias republicanas, os historiadores do IHGP tratam o 15 de novembro como a culminância da **vocação republicana da Paraíba**.

O Instituto Histórico deixa nas entrelinhas a idéia de que, na realidade, apesar da importância daquela data, mais contribuição deu à nação quem sempre trabalhou pela república, e nesse caso, a Paraíba foi, segundo eles, singular.

### Concluindo

Essa foi a minha leitura das Revistas do IHGP. Como todo trabalho científico, tive que ler uma série de outras obras publicadas na época. Para felicidade minha, pois confirmava o que eu pensava, nenhuma destoava da História criada pelo IHGP.

Encontrei componentes muito interessantes, por exemplo: Coriolano de Medeiros, membro do Instituto, em suas obras históricas confirma a História formulada pelo IHGP. Nas suas obras catalogadas como literárias trazia elementos novos para a História da Paraíba.

Não busquei fontes que me dessem novas visões sobre a História da Paraíba. A leitura das mesmas fontes que o Instituto catalogava se lidas fora dos parâmetros ditados pela historiografia oficial, elas mesmas, nos dão uma outra visão.

Também não foi minha intenção mostrar como o IHGP contava determinado episódio e, a partir da minha pesquisa, mostra-lo de outra forma. Pode ser um caminho para outros que se proponham a fazer.

O que eu queria fazer, mas, por conta de tempo e embaraços no decorrer da pesquisa, não consegui, era comparar com a produção recente da Historiografia paraibana, de membros do Instituto. Esse era um grande interesse meu, mas não foi possível, apesar de encontrar textos que provavam suas permanências.

Para concluir, desejo fazer apenas duas coisas a mais: uma explicação e uma citação.

A explicação diz respeito a um artigo publicado no Jornal A União de 04 de julho de 1996. É um pouco antigo, mas ainda não tive oportunidade de esclarecer. Dizia o autor do artigo – um conhecido, mas confuso professor de História - que o que o ele faz (cito) “... é que é Historiografia (funcional). Esta não se pode confundir com o embuste dos que se põe a expressar convicções (?)

dessarazoadas e sopradas pelos que não conhecem o Estado além dos motéis da estrada de Cabedelo. A estes a verdadeira historiografia paraibana oferecerá o repúdio que este artigo encerra”<sup>26</sup>. O que quero deixar extremamente claro é que não é necessária a interrogação. São convicções minhas, sim. Eu acredito nessas idéias que acabo de ler porque eu as construí com estudo, pesquisa e muitos, muitos sacrifícios. Com o arsenal de conhecimento acumulado que a humanidade dispõe para todos nós.

A citação é do maior historiador marxista vivo, mas são palavras que eu gostaria de ter tido a genialidade de ter pensado e traduzem tudo que eu queria dizer hoje:

Isso é tudo que eu queria dizer sobre o dever dos historiadores. Porém, antes de terminar, quero lembrar mais uma coisa. Como estudantes desta universidade, vocês são pessoas privilegiadas.

O que eu quero lembrar a vocês é algo que me disseram quando comecei a lecionar em uma universidade. ‘As pessoas em função das quais você está lá’, disse meu professor, ‘não são estudantes brilhantes como você. São estudantes comuns com opiniões maçantes, que obtêm graus medíocres na faixa inferior das notas baixas, e cujas respostas nos exames são quase iguais. Os que obtêm as melhores notas cuidarão de si mesmos, ainda que seja para eles que você gostará de lecionar. Os outros são os únicos que precisam de você.’

Isso não vale apenas para a universidade mas para o mundo. Os governos, o sistema econômico, as escolas, tudo na sociedade, não se destina ao benefício das minorias privilegiadas. Nós podemos cuidar de nós mesmos. É para o benefício da grande maioria das pessoas, que não são particularmente inteligentes ou interessantes (a menos que, naturalmente, nos apaixonemos por uma delas), não têm grau elevado de instrução, não são prósperas ou realmente fadadas ao sucesso, não são nada de muito especial. É para as pessoas que, ao longo da história, fora de seu bairro, apenas têm entrado para a história como indivíduos nos registros de nascimento, casamento e morte. Toda sociedade na qual valha a pena viver é uma sociedade que se destina a elas, e não aos ricos, inteligentes e excepcionais, embora toda sociedade em que valha a pena viver deva garantir espaço e propósito para tais minorias. Mas o mundo não é feito para o nosso benefício pessoal, e tampouco estamos no mundo para nosso benefício pessoal. Um mundo que afirme ser esse seu propósito não é bom e não deve ser duradouro<sup>27</sup>.

## Notas:

<sup>1</sup> Ver os trabalhos de NUNES, Paulo Giovanni Antonino. A questão democrática no sindicalismo cutista no Estado da Paraíba. João Pessoa: Mestrado em Ciências Sociais, 1996. e Oliveira, Dimas Lucena de. Sindicalismo e ideologia. João Pessoa: Programa de Pós-graduação em Educação, 1995.

<sup>2</sup> Há muitos trabalhos sobre José Américo de Almeida, recomendo ver: VIANA, Helder do Nascimento. Tragédia e desilusão: a representação do Nordeste na obra de José Américo de Almeida. João Pessoa: Mestrado em Ciências Sociais, 1995, mas não há leituras sobre a Fundação Casa de José Américo e sua repercussão na produção sobre a história local.

<sup>3</sup> MOTA, Carlos Guilherme. Apresentação in DIAS, Margarida Maria Santos. Intrepida ab origine. O Instituto Histórico e Geográfico Paraibano e a produção da história local. João Pessoa: Almeida Gráfica e Editora LTDA, 1996.

<sup>4</sup> HOBBSAWM, Eric. Sobre História. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

<sup>5</sup> Essas afirmações baseiam-se principalmente no texto de: GUIMARÃES, Manoel Luís Salgado. Nação e Civilização nos Trópicos: O Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o projeto de uma História Nacional In **Estudos Históricos**. 1. Caminhos da Historiografia. Rio de Janeiro: Edições Vértice, 1988.

Ver também: DIEHL, Astor A. O Instituto Histórico Geográfico Brasileiro e a Ilustração In: A cultura historiográfica brasileira. Do IHGB aos anos 1930. Passo Fundo: EDIUPF, 1998.

<sup>6</sup> Estas afirmativas se baseiam em: DOMINGUES, Heloísa Maria Bertol. Os intelectuais e o poder na construção da memória nacional In: Revista Tempo Brasileiro n.º 87. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1986.

<sup>7</sup> Sobre o quanto as imagens povoam nossa consciência histórica ver o interessante trabalho da Professora BITTENCOURT, Circe Livros didáticos entre textos e imagens In: O saber histórico na sala de aula. São Paulo: Contexto, 1997.

<sup>8</sup> Sobre isso existem várias publicações, algumas delas mais acessíveis são:

ABUD, Katia. Currículos de História e políticas públicas: os programas de História do Brasil na escola secundária In: BITTENCOURT, Circe (Org.). O saber histórico na sala de aula. São Paulo: Contexto, 1997. NADAI, Elza. O Ensino de História e a “Pedagogia do Cidadão” In: PINSKY, Jaime. O ensino de História e a criação do fato. 7ª ed. São Paulo: Contexto, 1997.

<sup>9</sup> Sobre a construção de identidades locais e suas ligações com os trabalhos desenvolvidos pelos Institutos Históricos há vários trabalhos, alguns concluídos e publicados, outros em andamento. Ver, como exemplo, além do já referido trabalho do Professor GUIMARÃES, Eduardo. Religião, Pátria e Liberdade: a Historiografia do IAGP entre 1862 e 1876. Recife: Programa de Pós-graduação em História, 1997, os de ARRUDA, Maria Arminda Nascimento. Mitologia da Mineiridade O imaginário mineiro na vida política e cultural do Brasil. São Paulo: Brasiliense, 1989, CERRI, Luís



Fernando. Ideologia da Paulistanidade. São Paulo: Editora Cone Sul, 1997, GUTFRIEND, Ieda. A Construção de uma identidade: a historiografia sul-rio-grandense de 1925 a 1975. São Paulo: Programa de Pós-graduação em História, 1989.

<sup>10</sup> Esse texto, a partir daqui é um resumo do meu trabalho:

DIAS, Margarida Maria Santos. Intrepida ab origine. O Instituto Histórico e Geográfico Paraibano e a produção da história local. João Pessoa: Almeida Gráfica e Editora LTDA, 1996.

<sup>11</sup> Revista do Instituto Histórico e Geográfico Paraibano. Ano I, vol. 1. João Pessoa: Editora Universitária, UFPB, 1980, Reedição, pp. 79 e 80.

<sup>12</sup> Como para o IHGB, o Instituto Histórico imputa ao colonizador portar a civilização. Tanto no texto acima citado como em inúmeros publicados, dos quais o seguinte é uma amostra:

*“A mais sincera homenagem deve ser votada no dia de hoje à velha pátria portuguesa, cujas quinas trouxeram a estas plagas a civilização, e de cujos filhos herdamos a coragem, o heroísmo, a abnegação cavalheiresca, além das outras virtudes da sua raça, e a crença inalterável no catolicismo, um dos principais sustentáculos da unidade nacional”*.

<sup>13</sup> Revista do Instituto Histórico e Geográfico Paraibano. Ano I, vol. 1. João Pessoa: Editora Universitária, UFPB, 1980, Reedição, p 19.

<sup>14</sup> A necessidade dessa separação continuou presente no IHGP. Às vezes, de forma até hilária. Em 1971, num Parecer sobre o hino oficial da Paraíba, a Comissão formada para esse fim protestava:

*“Chega o deslize a ponto de em certo verso dar-se a primazia a Pernambuco. ‘Brava irmã do Leão do Norte’”*.

<sup>15</sup> Revista do Instituto Histórico e Geográfico Paraibano. Ano I, vol. 1. João Pessoa: Editora Universitária, UFPB, 1980, Reedição, p 25.

<sup>16</sup> Op. Cit., p. 27.

<sup>17</sup> Op. Cit., p. 41.

<sup>18</sup> Idem, ibdem.

<sup>19</sup> A abolição da escravidão também foi trabalhada pouquíssimas vezes. Embora usada para dignificar ainda mais a Paraíba, os historiadores silenciaram sobre a mão-de-obra escrava e, sobre sua abolição, trataram como um fato sem maiores conseqüências.

*“No tocante a abolição, cabe a Paraíba, a honra de não ter sido jamais um foco de reação anti-abolicionista.*

*Ao contrário, se ela nunca se colocou na vanguarda do movimento emancipacionista, também jamais deixou de acompanhá-lo com passo firme e seguro”*.

Revista do Instituto Histórico e Geográfico Paraibano. Ano I, vol. 1. João Pessoa: Editora Universitária, UFPB, 1980, Reedição, p 52.

<sup>20</sup> Op. Cit., p. 43.

<sup>21</sup> Op. Cit., p. 54.

<sup>22</sup> Op. Cit., p. 51.

<sup>23</sup> Op. Cit., p. 148.

<sup>24</sup> Op. Cit., p. 149.

<sup>25</sup> Op. Cit., p. 150.

<sup>26</sup> Explico o adjetivo confuso: acredito que afirmações falso-moralistas deste tipo não são da alçada de professores de História ou, como alguns se consideram, historiadores. Esta é uma discussão sobre visão de mundo e, conseqüentemente, concepção de História, historiografia e papel do historiador. Da mesma forma, tentar (des)qualificar essa discussão como briga pessoal ou “de outros” é não perceber a disputa da História – para usar uma cara expressão a Marc Ferro – que atravessa todo esse debate.

<sup>27</sup> HOBSBAWM, Eric. Sobre História. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. P.21.